

## Dino estreia em ações do 8/1 seguindo Moraes

Voto do novo ministro deve permitir que penas mais altas sejam aceitas; em sua primeira semana no Supremo, ex-senador mostrou forte alinhamento com o relator das ações dos atos golpistas e com Gilmar Mendes

DANIEL GULLINO  
daniegullino@globo.com.br

Em seu primeiro voto relativo ao 8 de Janeiro, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), seguiu integralmente o relator, Alexandre de Moraes, em 15 ações penais dos atos golpistas. A posição de Dino deve permitir que as penas propostas por Moraes sejam aceitas pela maioria dos ministros, o que não ocorreu nos últimos meses.

Desde a aposentadoria de Rosa Weber, em setembro, os votos dos ministros nas ações do 8 de Janeiro têm seguido um padrão: Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Luiz Fux e Gilmar Mendes seguem integralmente os votos de Moraes, nas condenações e nas penas. Isso soma cinco magistrados, um a menos do que a maioria.

Cristiano Zanin concorda com Moraes nas condenações, mas diverge no cálculo da pena, sempre sugerindo alguns anos a menos e tem sido acompanhado por Edson Fachin. Já o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, discorda da imputação do crime de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, mas concorda com as penas sugeridas nos demais.

Os ministros André Mendonça e Nunes Marque, por sua vez, discordam da maioria das acusações, propondo penas bem inferiores.

Com isso, tem sido calcula-



Padrinhos. Em sua primeira semana no Supremo, Flávio Dino mostrou forte alinhamento com Moraes e Gilmar, que apoiaram sua indicação para a Corte

### OUTROS VOTOS

#### Sobras eleitorais

Esse julgamento poderia anular as eleições de sete deputados federais — posição defendida por Flávio Dino, mas que acabou derrotada. O novo ministro chegou a dizer que os sete teriam que perder o mandato porque a Corte havia decidido que eles "não foram eleitos".

#### Ação penal

Na Primeira Turma, Dino estreou desempando um julgamento, ao votar para manter a tramitação de uma ação penal contra um advogado suspeito de lavagem de dinheiro e exploração de prestígio. O relator do caso, Luiz Fux, votou para frisar a ação.

#### Concursados

Dino discordou de seus "padrinhos" na definição da tese sobre a motivação da demissão de funcionários concursados de estatais. Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes foram contrários à determinação de que é necessário um "fundamento razoável" para a demissão.

#### Petrobras

A Primeira Turma também formou maioria para manter uma decisão que livrou a Petrobras de uma condenação trabalhista bilionária. Três ministros da colegiada votaram para rejeitar um recurso contra o entendimento, entre eles Dino.

ção: Moraes e Gilmar Mendes. Os primeiros dias do novo membro da Corte ainda tiveram momentos de descontração, mesmo em meio a divergências, e uma posição mais contida do magistrado, acostumado nos últimos meses a declarações públicas.

### CASO DE MAIOR IMPACTO

O julgamento de maior impacto foi o das chamadas sobras eleitorais, que poderia anular a eleição de sete deputados federais. Essa posição foi defendida por Dino, mas acabou derrotada. Moraes e Gilmar foram os principais defensores desse posicionamento. Dino chegou a dizer que os sete teriam que perder o mandato porque a Corte havia decidido que eles "não foram eleitos", o que foi rebatido por Barroso.

Se o plenário acabou vencido, Dino estreou na Primeira Turma desempando um julgamento, ao votar para manter a tramitação de uma ação penal contra um advogado. Também neste caso ele se alinhou a Moraes, que havia seguido o voto de Cármen Lúcia.

Na quarta-feira, Dino discordou de seus "padrinhos" na definição da tese sobre a motivação da demissão de funcionários concursados de estatais. Moraes e Gilmar foram contrários à determinação de que é necessário um "fundamento razoável" para a demissão, mas nesse ponto Dino seguiu a posição de Barroso.

## Deputado capixaba é preso por fake news e ataques ao STF

Na decisão, Moraes afirma que Capitão Assunção atacou as instituições

PAOLA SERRA  
paola.serra@globo.com.br

O deputado estadual Capitão Assunção (PL), do Espírito Santo, foi preso na noite de quarta-feira pela Polícia Federal por descumprir medidas cautelares. O parlamentar é suspeito de participação em atos antidemocráticos, divulgação de fake news e ataques a ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele estava proibido de deixar o estado e acessar as redes sociais

e utilizava uma tornazeleira eletrônica.

Em audiência de custódia realizada na tarde de ontem, a Justiça decidiu manter sua prisão. A informação foi confirmada ao gill pelo advogado Fernando Dilen, que faz a defesa do parlamentar.

A prisão foi determinada pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF. Na decisão, segundo o colunista Bernardo Mello Franco, do GLOBO, o magistrado afirma que Assunção descum-

priu ordens do Supremo e usou as redes sociais para incitar o ódio e a violência contra as instituições.

Moraes escreveu que Assunção "promove em suas mídias sociais um discurso odioso que, mais do que ofensivo, é atentatório ao Estado Democrático de Direito (...), usando-se de graves ameaças para restringir o livre exercício dos poderes constitucionais". Segundo o ministro, as publicações do deputado revelam "claro intuito de,



Reincidente. Assunção é acusado de descumprir ordens do Supremo

por meio de violência e grave ameaça, coagir e impedir o exercício dos poderes constitucionais constituídos, em patente descompasso com o postulado da liberdade de expressão". A prisão foi pedida pelo Ministério Público do Es-

pirito Santo, que apontou Assunção como integrante de uma "milícia privada digital" dedicada a promover a desinformação e o ataque às instituições.

DEFESA: "NADA DE NOVO" Por ser oficial da reserva da PM, Assunção está preso no Quartel-General da instituição, em Vitória. A defesa do deputado diz que recorrerá ao Supremo por entender que ele não fez "nada de novo" que justificasse a prisão.

No último dia 7, Assunção desafiou o STF ao retirar a tornazeleira eletrônica na tribuna da Assembleia Legislativa. Ele se referiu ao dispositivo como uma "porcaria que não serve para nada". A provocação não foi citada na decisão de Moraes.

## PF prende três suspeitos de financiar atos golpistas

Na 25ª fase da Operação Lesa Pátria ontem foram apreendidos mais de R\$ 800 mil em espécie e 70 armas, incluindo fuzis

BERNARDO LIMA E  
EDUARDO GONÇALVES  
bernardolima@globo.com.br

A Operação Lesa Pátria chegou ontem à sua 25ª fase tendo como alvos financiadores dos atos golpistas do 8 de janeiro. Foram cumpridos de três mandados de prisão preventiva, 24 de busca e apreensão e sete de monitoramento eletrônico. No total, a Lesa Pátria já cumpriu cem mandados de prisão preventiva, 347 de busca e apreensão e apreendeu cerca de R\$ 11,6 milhões em bens.

Os principais alvos da operação de ontem foram os empresários Joveli de Andrade e Adauto de Mesquita, dono de uma rede atacadista no Distrito Federal. Eles foram indicados pela CPI do 8 de Janeiro da Câmara Distrital como finan-

ciadores dos atos golpistas. A Polícia Federal suspeita que a dupla tenha contratado um trio elétrico e fornecido alimentos, água e banheiros químicos ao acampamento erguido em frente ao Quartel-General do Exército, em Brasília.

A defesa dos empresários afirmou que eles estão à disposição da Justiça e que forneceram voluntariamente a senha dos celulares, que foram apreendidos pela PF. Em São Paulo, foi detido o empresário do ramo madeireiro Diogo Arthur Galvão. Ele divulgou seu fix para le-



Busca e apreensão. Dinheiro encontrado na casa de um alvo da Operação Lesa Pátria detida ontem

vantar recursos para uma caravana que partiu de Campinas (SP) à capital federal. Em suas redes sociais, ele ainda falou em preparação de "guerra" e chamou o ato de "tomada de Brasília".

### ARSENAL

A PF apreendeu ainda 70 armas e mais de R\$ 800 mil em espécie com um dos alvos. O confisco ocorreu quando agentes cumpriam um mandado de busca e apreensão em Palmas. Eles se depararam com maços de US\$ 126 mil, € 20 mil e R\$ 104 mil. Já o arsenal consistia em fuzis, espingardas, carabinas, pistolas e revólveres. As ações foram autorizadas pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal.

100

Mandados de prisão preventiva foram cumpridos até agora, ao todo, nas 25 fases da Operação Lesa Pátria